

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Centro Social Paroquial de Alfena


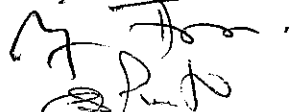
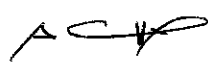
ANO: 2022



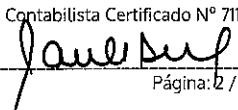
ÍNDICE

1 - Identificação da entidade.....	4
1.1 - Dados de identificação.....	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado.....	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.....	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.....	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	5
3.1 - Principais políticas contabilísticas.....	5
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas.....	8
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas.....	8
4 - Ativos fixos tangíveis.....	8
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.....	8
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:.....	9
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:.....	9
5 - Ativos intangíveis.....	11
5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis.....	11
5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:.....	11
6 - Custos de empréstimos obtidos.....	11
6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:.....	11
6.2 - Outras divulgações.....	12
6.3 - Composição Financiamentos Obtidos.....	12
7 - Inventários.....	12
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.....	12
7.2 - Quantia escriturada de inventários.....	13
8 - Rendimentos e gastos.....	13
8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.....	13
8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:.....	13
8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos.....	13
9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	14
9.3 - Outras divulgações.....	14

Direção

Contabilista Certificado N° 71156


Página: 2 / 26



10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	15
10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas.....	15
10.2 - Principais doadores / fontes de fundos.....	15
10.3 - Outras divulgações.....	16
11 - Instrumentos financeiros.....	17
11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros.....	17
11.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes.....	17
11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:.....	18
11.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço.....	18
11.5 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.....	18
11.5.1 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:.....	18
11.6 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:.....	19
11.7 - Outras divulgações.....	20
12 - Benefícios dos empregados.....	20
12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas.....	20
12.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.....	21
12.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade.....	21
13 - Acontecimentos após a data do balanço.....	22
13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.....	22
14 - Divulgações exigidas por diplomas legais.....	22
14.1 - Informação por atividade económica.....	22
14.2 - Informação por mercado geográfico.....	23
14.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	24
15 - Outras divulgações.....	24
15.0.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:.....	24
15.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	25
16 - Impostos e contribuições.....	25
16.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:.....	25
16.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições.....	25
17 - Fluxos de caixa.....	25
17.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:.....	25

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 8 / 26



1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social Paroquial de Alfena

Número de identificação de pessoa coletiva: 501114599

Lugar da sede social: Porto - Valongo 4445-066 Valongo

Endereço eletrónico: geral@cspalfena.com

Página da internet: <https://www.cspalfena.com/>

Natureza da atividade: Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento,

O Centro Social Paroquial de Alfena doravante designado por CSPA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação com estatutos publicados no Diário da República n.º 237 de 15/10/1981, Série III, com sede Porto - Valongo. Os fins e objetivos do Centro concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Apoio à Infância, através de Berçário, Creche e Jardim de Infância, incluindo as crianças em risco; Apoio à segunda Infância, através de Atividades de Tempos de Livres (ATL) ou outras;
- Apoio à Juventude, incluindo jovens em risco, facultando-lhes cursos de formação profissional que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- Apoio à família;
- Apoio às pessoas idosas, através da Estrutura Residencial de Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário, ou outras;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- Educação e formação profissional dos cidadãos; Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais e eclesiais dos cidadãos.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 4 | 26



"Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados".

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Derrogações das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases gerais de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 5 / 26



- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção.

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

- Ativos intangíveis

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 6 / 26



À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC no que se refere à atividade desenvolvida de caráter comercial, industrial, ou agrícola.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

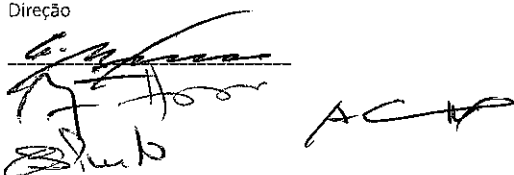
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

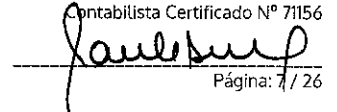
- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Direção



Contabilista Certificado Nº 71156


Página: 7 / 26



Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

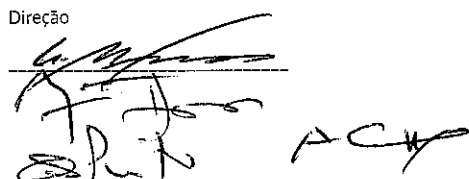
Não foram efetuadas alterações às estimativas contabilísticas. As estimativas efetuadas são consistentes com as realizadas nos períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis

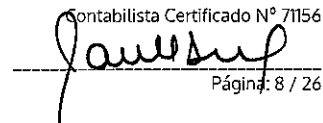
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Direção



Contabilista Certificado N.º 71156


Página: 8 / 26



4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.

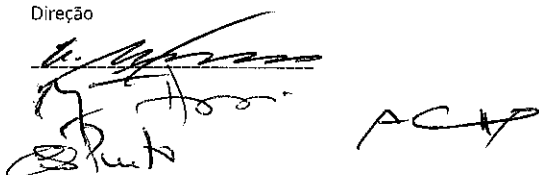
AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

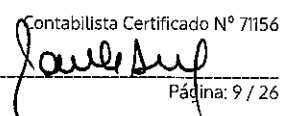
Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	50	2%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	4	25%
Equipamento de transporte	Modelo de Custo	Método de linha reta	4	25%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	3	33%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Direção



Contabilista Certificado N° 71156

Página: 9 / 26



ANEXO DO ANO DE 2022
(montantes em EURO)

Centro Social Paroquial de Alfena

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	103.500,56	5.295.210,08	762.787,84	336.402,85	246.570,80	0,00	856,34	417.449,29	0,00	7.162.777,76
Depreciações acumuladas	0,00	2.216.925,16	746.964,73	289.738,45	209.806,85	0,00	0,00	0,00	0,00	3.463.435,19
Saldo no início do período	103.500,56	3.078.284,92	15.823,11	46.664,40	36.763,95	0,00	856,34	417.449,29	0,00	3.699.342,57
Variações do período	0,00	399.768,92	2.561,66	-12.758,60	-9.284,96	0,00	0,00	-386.842,54	0,00	-6.555,52
Total de aumentos	0,00	517.716,09	8.764,45	0,00	0,00	0,00	0,00	130.873,55	0,00	657.354,09
Aquisições em primeira mão	0,00	517.716,09	8.764,45	0,00	0,00	0,00	0,00	130.873,55	0,00	657.354,09
Total diminuições	0,00	117.947,17	7.853,13	12.758,60	5.783,10	0,00	1.854,52	0,00	0,00	146.196,52
Depreciações do período	0,00	117.947,17	7.853,13	12.758,60	5.783,10	0,00	1.854,52	0,00	0,00	146.196,52
Outras transferências	0,00	0,00	1.650,34	0,00	-3.501,86	0,00	1.854,52	-517.716,09	0,00	-517.713,09
Saldo no fim do período	103.500,56	3.478.053,84	18.384,77	33.905,80	27.478,99	0,00	856,34	30.606,75	0,00	3.692.787,05
Valor bruto no fim do período	103.500,56	5.812.926,17	770.240,47	336.402,85	247.882,62	0,00	856,34	30.606,75	0,00	7.302.415,76
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	2.334.872,33	751.855,70	302.497,05	220.403,63	0,00	0,00	0,00	0,00	3.609.628,71

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	103.500,56	5.295.210,08	758.436,40	302.939,41	216.201,65	0,00	856,34	0,00	0,00	6.677.144,44
Depreciações acumuladas	0,00	2.103.292,29	741.795,32	285.459,41	197.609,18	0,00	0,00	0,00	0,00	3.328.156,20
Saldo no início do período	103.500,56	3.191.917,79	16.641,08	17.480,00	18.592,47	0,00	856,34	0,00	0,00	3.348.988,24
Variações do período	0,00	-113.632,87	-817,97	29.184,40	18.171,48	0,00	0,00	417.449,29	0,00	350.354,33
Total diminuições	0,00	113.632,87	7.694,34	21.238,16	1.851,52	0,00	0,00	0,00	0,00	144.416,89
Depreciações do período	0,00	113.632,87	7.694,34	12.758,60	1.851,52	0,00	0,00	0,00	0,00	135.937,33
Abates	0,00	0,00	0,00	8.479,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.479,56
Outras transferências	0,00	0,00	6.876,37	50.422,56	20.023,00	0,00	0,00	417.449,29	0,00	494.771,22
Saldo no fim do período	103.500,56	3.078.284,92	15.823,11	46.664,40	36.763,95	0,00	856,34	417.449,29	0,00	3.699.342,57
Valor bruto no fim do período	103.500,56	5.295.210,08	762.787,84	336.402,85	246.570,80	0,00	856,34	417.449,29	0,00	7.162.777,76
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	2.216.925,16	746.964,73	289.738,45	209.806,85	0,00	0,00	0,00	0,00	3.463.435,19

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página 10 / 26



5 - Ativos Intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Projetos de desenvolvimento	Modelo de Custo	Método de linha Reta	3	33,33%
Programas de computadores	Modelo de Custo	Método de linha Reta	3	33,33%
Outros ativos intangíveis	Modelo de Custo	Método de linha Reta	10	10%

Um ativo intangível com um a vida útil indefinida deve ser amortizado por um período máximo de 10 anos.

6 - Custos de empréstimos obtidos

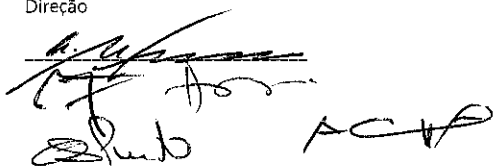
6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Não havendo assim qualquer capitalização deste tipo de encargos.

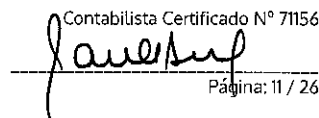
Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	0,00	60.897,06	422.732,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	0,00	47.420,24	100.009,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	0,00	13.476,82	322.723,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	0,00	60.897,06	422.732,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Direção



Contabilista Certificado N.º 71156





Financiamentos obtidos - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	0,00	45.267,98	487.319,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	0,00	45.267,98	148.898,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	0,00	0,00	338.420,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	0,00	45.267,98	487.319,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O montante de 422.732,75 apresentado na rubrica Passivo Não Corrente - Empréstimos, inclui o financiamento obtido junto da Fábrica da Igreja de S. Vicente de Alfena no montante de 322.723,36€, cuja exigibilidade não se prevê que possa ocorrer durante o próximo ano, uma vez que não existe qualquer compromisso assumido que o exija. O financiamento obtido junto da Fábrica da Igreja não vence juros.

6.2 - Outras divulgações

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e gastos similares suportados	6.157,80	5.175,58
Juros de financiamentos suportados	5.851,58	5.175,58
<i>Outros juros de financiamentos suportados</i>	<i>5.851,58</i>	<i>5.175,58</i>
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	306,22	0,00

6.3 - Composição Financiamentos Obtidos

A 31 de dezembro de 2022 a rubrica de empréstimos obtidos apresentava a seguinte composição

Descrição	Valor Período			Valor Período Anterior		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos Bancários	73 910,19	37 000,00	110 910,19	112 382,98	35 206,55	147 589,53
Locações Financeiras	26 099,20	10 420,24	36 519,44	36 515,90	10 061,43	46 577,33
Outros empréstimos	322 723,36	13 476,82	336 200,18	338 420,35		338 420,35
Total Empréstimos	422 732,75	60 897,06	483 629,81	487 319,23	45 267,98	532 587,21
Responsabilidade Bancária	422 732,75	60 897,06	483 629,81	487 319,23	45 267,98	532 587,21

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 12 / 26



à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

7.2 - Quantia escriturada de inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
Inventários iniciais	189,35	24.946,64	25.135,99	189,35	18.177,53	18.366,88
Compras	0,00	167.991,58	167.991,58	0,00	166.732,12	166.732,12
Inventários finais	189,35	21.670,10	21.859,45	189,35	24.946,64	25.135,99
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	171.268,12	171.268,12	0,00	159.963,01	159.963,01

Nenhum item do inventário está sujeito a penhor esperando que sejam todos consumidos durante o período de 12 meses.

8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços;
- Rendimentos suplementares - são relativos às rendas e aos débitos de energia pagos pelas entidades arrendatárias dos imóveis à exploração;
- Juros - são reconhecidos pelo método do juro efetivo

8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	0,00	2,40
Prestação de serviços	1.385.501,68	1.328.269,93
Juros	30,10	0,00
Outros réditos	224.114,74	196.132,60
Total	1.609.646,52	1.524.404,93

8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 13 / 26



Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	475.059,62	451.081,00
Serviços especializados	124.476,07	115.591,31
Trabalhos especializados	61.870,78	60.937,68
Publicidade e propaganda	0,00	356,70
Vigilância e segurança	0,00	135,30
Honorários	28.464,89	17.584,39
Conservação e reparação	34.140,40	36.577,24
Materiais	19.213,25	12.677,70
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7.285,51	5.593,41
Livros e documentação técnica	50,75	279,69
Material de escritório	10.073,72	4.592,28
Outros	1.803,27	2.212,32
Energia e fluidos	287.499,65	239.430,03
Eletricidade	97.281,49	70.302,72
Combustíveis	24.327,15	16.944,83
Água	31.400,70	29.182,47
Outros	134.490,31	123.000,01
Deslocações, estadas e transportes	4.906,64	880,41
Deslocações e estadas	4.906,64	880,41
Serviços diversos	68.502,15	72.971,39
Rendas e alugueres	12.982,75	21.253,85
Comunicação	8.820,96	8.195,05
Seguros	12.476,71	13.903,07
Contencioso e notariado	0,00	185,55
Limpeza, higiene e conforto	7.587,50	17.913,40
Outros serviços	26.634,23	11.520,47
Total	979.657,38	892.631,84

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o valor de 979.657,38, que significa um aumento de 87.025,54€, cerca de 9,75% face ao ano anterior. Este incremento deve-se principalmente ao aumento dos gastos com energia e fluidos que em 2022 apresentam o valor de 287.499,65€ e no ano de 2021 apresentava o valor de 239.430,03€, os serviços especializados em 2022 também verificaram um incremento face ao ano de 2021 no valor de 8.884,76€, que representa um acréscimo de 7,69% face ao ano anterior. Em termos de Fornecimentos e Serviços Externos a rubrica de Deslocações e Estadas também verifica um incremento face ao ano de 2021 dado que foi o ano em que regressamos às atividades no exterior (visitas de estudo, passeios, praia, entre outros) com as crianças e os seniores.

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.3 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 14 / 26



razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:
i) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
ii) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes
Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	34.965,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	34.965,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	34.965,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	2.127.320,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	2.127.320,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	31.920,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	31.920,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	31.920,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	1.987.542,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.987.542,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2 - Principais doadores / fontes de fundos

2022

Doações

· Donativos de mecenas particulares e empresas - 10.808,51€

e

Heranças

2021

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 15 / 26



Doações Donativos de mecenas e particulares e empresas - Heranças 23.803,02€

10.3 - Outras divulgações

Subsídios e Outros Rendimentos	PERÍODO	
	2022	2021
Subsídios ISS, IP - Centro Distrital		
Infância		
Creche	182 515,25	156 086,31
Jardim de Infância	208 362,20	249 546,06
Invalidez e Reabilitação		
CAOI	222 551,11	201 105,72
CAOI II	216 133,20	194 171,04
Lar Residencial	375 655,32	337 579,44
Sénior		
Centro de Dia	43 174,63	35 232,85
Apoio Domiciliário	83 289,24	70 776,00
ERPI	681 425,95	596 483,25
Outras Medidas Segurança Social		
Lay-off	5 626,94	
Apoio Excepcional à Família	368,29	5 271,06
Adaptar Social +		5 092,00
Subsídios de outras entidades		
IEFP	1 774,89	3 929,25
Câmara Municipal de Valongo	4 000,00	8 502,75
Projeto Bairro Não Tem Paredes	0,00	13 100,10
Projeto CLDS 4G + Social	94 939,70	101 666,67
Outros	7 504,00	9 000,00
Doações, heranças e legados		
Doações e Heranças	10 808,51	23 803,02
Reversões de imparidades		
Outros Rendimentos		
Rendimentos Suplementares	150 617,39	147 916,33
Descontos pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber	5 180,11	2 037,85
Outros	12 000,00	3 150,00
Imputação subsídios para investimentos	34 965,82	31 920,05
Ganhos em outros instrumentos financeiros	50,16	22,11
Outros rendimentos e juros	30,10	18,73
Outros não especificados	25 764,57	11 067,53

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 16 / 26



11 - Instrumentos financeiros

11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes

Os Instrumentos financeiros detidos pela entidade respeitam a Fundos de Tesouraria do Montepio - 198.63.000239-4 e aos Fundos de Compensação de Trabalho.

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Cotação Mercado	Justo Valor	J. V. em Resultados	J. V. em C. P.	Volume
1.719,19	0,00	0,00	0,00	0,00
18.201,66	0,00	0,00	0,00	0,00

2022

- Fundos de Tesouraria do Montepio = 1.719,19€
- Fundos de Compensação = 18.201,66€

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Página: 17 / 26



2021

- Fundos de Tesouraria do Montepio = 1.719,19€
- Fundos de Compensação = 14.910,45€

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	3.287,74	0,00	0,00	3.287,74
Resultados transitados	1.972.565,48	0,00	321.151,26	2.293.716,74
Outras variações nos capitais próprios	1.531.455,06	0,00	-21.578,21	1.509.876,85
Subsídios	1.407.908,17	0,00	100.072,28	1.507.980,45
Doações	123.546,89	0,00	-121.650,49	1.896,40
Total	3.507.308,28	0,00	299.573,05	3.806.881,33

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	3.287,74	0,00	0,00	3.287,74
Resultados transitados	1.726.576,15	0,00	245.989,33	1.972.565,48
Outras variações nos capitais próprios	1.253.751,11	0,00	277.703,95	1.531.455,06
Subsídios	1.130.204,22	0,00	277.703,95	1.407.908,17
Doações	123.546,89	0,00	0,00	123.546,89
Total	2.983.615,00	0,00	523.693,28	3.507.308,28

As variações ocorridas no período são relativas à transferência do Resultado Líquido do Período de 2021, que foi positivo em 197.604,37€, para a rubrica Resultados Transitados, ao reconhecimento em Rendimentos do período do montante de 34.965,82 euros relativo à imputação de subsídios já existentes (PIDDAC, Fundo Socorro Social e Programa Pillar) e doações ao investimento, na proporção das depreciações do período dos respetivos bens.

No ano de 2022 foram reconhecidos os seguintes subsídios:

- Adenda ao contrato PARES 2.0 no valor de 109.659,00€;
- Subsídio relativo ao PRR Mobilidade Verde no montante de 25.000,00€

No ano de 2022 foi desreconhecido o valor de Doações no valor de 123.546,89€ para Resultados Transitados.

11.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

11.5 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

11.5.1 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 18 / 26



Imparidade de ativos financeiros:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	29.848,62	5.180,11	24.668,51	16.463,40	0,00	16.463,40
Total	29.848,62	5.180,11	24.668,51	16.463,40	0,00	16.463,40

No 2022 verificou-se um aumento das imparidades de dívidas a receber face ao Ano Anterior. O valor das imparidades de dívidas a receber no 2022 é de 29.848,62€.

11.6 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	773.922,86	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	57.471,63	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	716.451,23	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	884.838,92	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	102.915,92	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	483.629,81	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	781.923,00	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-24.949,99	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-24.643,77	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-306,22	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-5.821,48	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	30,10	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-5.851,58	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	968.189,27	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	66.373,51	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	901.815,76	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	1.004.221,30	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	273.536,22	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	532.587,21	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	730.685,08	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-14.403,45	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-14.403,45	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-5.175,58	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-5.175,58	0,00	0,00

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 19 / 26



11.7 - Outras divulgações

Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Gastos reconhecer	0,00	0,00
Seguros	7.484,57	5.822,90
Outros	5.930,04	1.917,64
Total Gastos a Reconhecer	13.414,61	7.740,54
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
Rendas	2.245,28	0,00
Projetos	57.560,63	152.500,33
IEFP	6.271,29	0,00
Segurança Social	47.610,66	0,00
Total Rendimentos a Reconhecer	113.687,86	152.500,33

2022

Na rubrica **Gastos a Reconhecer** estão contempladas as seguintes rubricas:

- Seguros pagos no 2022 relativos a 2023
- Outras Despesas com Custo Diferido relativas a Fornecimentos e Serviços Externos

Na rubrica **Rendimentos a Reconhecer** estão contempladas as seguintes rubricas:

- Rendas são considerados os valores faturados em 2022 relativos ao ano de 2023, no que se refere aos contratos de exploração, dado que são faturados antecipadamente.
- Projetos foi reconhecido o valor relativo ao subsídio de exploração relativamente ao projeto CLDS 4G+Social.
- IEFP refere-se à Medidas de Apoio ao Emprego - Estágio que iniciou no 2022 que se prolonga durante ao ano de 2023.
- Segurança Social o montante correspondente ao adiantamento de 4,2% do total da atualização dos valores das participações financeiras, prevista na Cláusula II da Adenda ao Compromisso de Cooperação celebrado em 12 de dezembro de 2022

12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2022 foi de 152 e em 31 de dezembro de 2021 foi de 145.

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 20 / 26



Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	152,00	70.757,00	0,00	0,00
Pessoas remuneradas	152,00	70.757,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	152,00	70.757,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	152,00	70.757,00	0,00	0,00
Masculino	7,00	3.259,00	0,00	0,00
Feminino	145,00	67.498,00	0,00	0,00

O número de membros dos órgãos diretivos do Centro Social Paroquial de Alfena é de 5 membros não tendo havido alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Os órgãos sociais do Centro Social Paroquial de Alfena não são remunerados.

12.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os órgãos sociais do Centro Social Paroquial de Alfena são constituídos da seguinte forma:

Direção:

- Presidente: Pe. Manuel Fernando Soares da Silva
- Vice Presidente: Emília Manuela da Silva Ribeiro
- Secretário: José Luís da Silva Marques
- Tesoureiro: Agostinho Albano Pereira da Cunha
- Vogal: Celeste Susana Correia Pinto

Conselho Fiscal:

- Presidente: Nuno Filipe Alves Roque
- 1º Vogal: António Marcelo Teixeira Monteiro Conde
- 2º Vogal: Maria Rosa de Sousa Martins Poças

12.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os órgãos sociais não são remunerados

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Página: 21 / 26



Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	2.310.017,94	2.115.453,24
Remunerações do pessoal	1.880.111,12	1.717.519,99
Indemnizações	0,00	282,63
Encargos sobre as remunerações	395.152,37	363.760,01
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	31.965,29	27.903,96
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	2.789,16	5.986,65
- Formação	1.354,60	0,00
- fardamento	443,34	0,00

A Entidade não assume quaisquer responsabilidades por benefícios de subsídios de desemprego ou de reforma.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

O início do ano de 2022 foi assolado com a guerra entre Ucrânia e Rússia. Esta acarretou consequências sociais e económicas mundiais que se repercutiram na atividade da nossa Instituição. A nível económico acarretou alguns impactos negativos, uma vez que traduziu num aumento do nível de preços nomeadamente: combustíveis, bem como os bens alimentares, produtos esses essenciais ao funcionamento da nossa Instituição. Não foi permitido refletir esses aumentos através das atualizações das mensalidades aos nossos utentes uma vez que o cálculo das mensalidades cinge-se pelas regras impostas pela tutela das IPSS's - Segurança Social.

O início do ano de 2023, pautou-se pelo aumento da inflação e das taxas de juro que se tem refletido na diminuição do poder de compra por parte dos consumidores. Esta subida generalizada de preços também também de reflete no desenvolvimento da atividade do CSPA.

A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação nacional e mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Social Paroquial de Alfena.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram emitidas pela Direção em 30/03/2023.

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 - Informação por atividade económica

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 22 / 26



Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	87301	
Prestações de serviços	1.385.501,68	1.385.501,68
Fornecimentos e serviços externos	979.657,38	979.657,38
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	171.268,12	171.268,12
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	171.268,12	171.268,12
Número médio de pessoas ao serviço	152,00	152,00
Gastos com o pessoal	2.310.017,94	2.310.017,94
Remunerações	1.880.111,12	1.880.111,12
Outros gastos	429.906,82	429.906,82
Valor líquido final	3.692.787,05	3.692.787,05

Informação por CAE - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	87301	
Vendas	2,40	2,40
De mercadorias	2,40	2,40
Prestações de serviços	1.328.269,93	1.328.269,93
Fornecimentos e serviços externos	892.631,84	892.631,84
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	159.963,01	159.963,01
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	159.963,01	159.963,01
Gastos com o pessoal	2.115.453,24	2.115.453,24
Remunerações	1.717.519,99	1.717.519,99
Outros gastos	397.933,25	397.933,25
Valor líquido final	3.699.342,57	3.699.342,57

14.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	1.385.501,68	0,00	0,00	1.385.501,68
Fornecimentos e serviços externos	979.657,38	0,00	0,00	979.657,38
Rendimentos suplementares:	150.617,39	0,00	0,00	150.617,39
Outros rendimentos suplementares	150.617,39	0,00	0,00	150.617,39

Informação por mercado - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	2,40	0,00	0,00	2,40
Prestações de serviços	1.328.269,93	0,00	0,00	1.328.269,93
Fornecimentos e serviços externos	892.631,84	0,00	0,00	892.631,84
Rendimentos suplementares:	147.916,33	0,00	0,00	147.916,33
Outros rendimentos suplementares	147.916,33	0,00	0,00	147.916,33

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Página 23 / 26



14.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados

15 - Outras divulgações

15.0.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo:

Descrição	Outras partes relac.
Conta de clientes	0,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de pessoal	0,00
Conta de financiamentos obtidos	336.200,18
Conta de outros devedores e credores	154,85
Conta de diferimentos	0,00
Prestações de serviços	0,00
Rendimentos financeiros	0,00
Compras	0,00
Aquisições de serviços	0,00
Gastos financeiros	0,00

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Outras partes relac.
Conta de clientes	0,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de pessoal	0,00
Conta de financiamentos obtidos	351.705,17
Conta de outros devedores e credores	154,85
Conta de diferimentos	0,00
Vendas	0,00
Prestações de serviços	0,00
Compras	0,00
Aquisições de serviços	0,00
Gastos financeiros	0,00

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 24 / 26



A variação ocorrida no financiamento obtido junto da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Vicente de Alfena reflete as amortizações efetuadas no período ao valor desse empréstimo. O empréstimo não vence juros.

15.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A instituição possuía à data do balanço as seguintes garantias prestadas ao Montepio Geral, no âmbito dos financiamentos contraídos:

- Hipoteca sobre o imóvel: 350.000 euros

A instituição possuía à data do balanço a seguinte garantia prestadas ao à Mercedes- Benz Financial Services Portugal - Sociedade Financeira de Crédito, no âmbito do financiamento contraído:

- Garantias bancárias prestadas diretamente a terceiros: 46 573 euros
- Caução no valor de 36 943 euros

16 - Impostos e contribuições

16.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2022 e 2021 é a seguinte:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	101.760,78	197.604,37

16.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

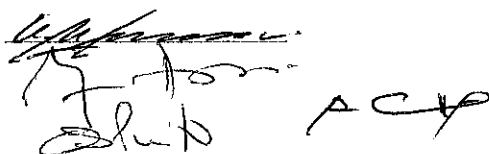
Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	10.302,00	0,00	7.632,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	17.427,32	3.518,64	17.406,85	60.595,93
Contribuições para a Segurança Social	0,00	46.516,06	0,00	41.107,95
Outras tributações	0,00	555,67	0,00	509,25
Total	17.427,32	60.892,37	17.406,85	109.845,13

À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

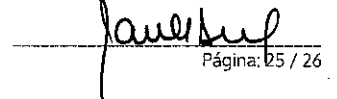
17 - Fluxos de caixa

17.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Direção


ACV

Contabilista Certificado N° 71156


Página: 25 / 26



Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.244,13	332.137,73	331.973,66	3.408,20
Depósitos à ordem	570.377,63	6.416.345,61	6.602.772,51	383.950,73
Outros depósitos bancários	196.000,00	2.334.500,00	2.005.500,00	525.000,00
Total	769.621,76	9.082.983,34	8.940.246,17	912.358,93

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.464,00	392.710,16	392.930,03	3.244,13
Depósitos à ordem	436.143,81	6.378.800,64	6.244.566,82	570.377,63
Outros depósitos bancários	513.000,00	2.331.000,00	2.648.000,00	196.000,00
Total	952.607,81	9.102.510,80	9.285.496,85	769.621,76

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 26 / 26